

RELATÓRIO Nº , DE 2016

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 2, de 2016 (nº 543, de 18 de dezembro de 2015, na origem), da Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Dominicana.*

RELATOR: Senador **FLEXA RIBEIRO**

Esta Casa é chamada a se manifestar sobre a indicação que a Presidente da República faz do Senhor CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Dominicana.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Em atendimento ao previsto na Resolução nº 41, de 2013, que altera o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata.

O Senhor CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES, nascido em 20 de março 1958, na cidade de Lisboa, Portugal, é brasileiro nos termos do art. 129, II, da Constituição de 1946. É filho de João Clemente Baena Soares e Gláucia de Lima Baena Soares.

No Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática no ano de 1982, onde também concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (1991) e o Curso de Altos Estudos (2005), no qual defendeu a tese com o título de “O Processo legislativo e a aprovação de acordos internacionais assinados pelo Brasil”.

O diplomata indicado tornou-se Terceiro-Secretário em 1983; Segundo-Secretário em 1987; Primeiro-Secretário em 1994; Conselheiro em 2001; Ministro de Segunda Classe em 2006; e Ministro de Primeira Classe em 2012.

Ao longo de sua carreira, desempenhou diversas funções. Merecem destaque as de Primeiro-Secretário na Missão junto à OEA, Washington (de 1997 a 2001); Chefe da Divisão da América Meridional II (de 2005 a 2009); Ministro-Conselheiro na Embaixada em Paramaribo (de 2009 a 2010); Diretor do Departamento da América do Sul II (desde 2011).

Ainda em atendimento à citada Resolução nº 41, de 2013, do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República Dominicana, o qual informa acerca das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos do país, suas políticas interna e externa, e economia.

Cuida-se de república presidencialista, com parlamento bicameral. O país, cuja capital é São Domingos, tem população de quase onze milhões de habitantes.

Brasil e República Dominicana possuem embaixadas residentes nos respectivos territórios. Nota-se o adensamento das relações bilaterais pela frequência das visitas de alto nível desde 2003. Há que destacar o desenvolvimento de programas de cooperação educacional, com intercâmbio universitário. Cumpre, ainda, registrar os investimentos brasileiros em infraestrutura na República Dominicana, a exemplo de autoestradas e usinas de geração de energia termelétrica e hidrelétrica.

No intervalo de 2005 a 2014, o comércio bilateral entre o Brasil e a República Dominicana experimentou um incremento de 12,7%. Entretanto, de 2013 a 2014, o intercâmbio registrou diminuição de 21,2%. A balança comercial tem apresentado saldos para o Brasil: os superávits foram de US\$ 472,5 milhões em 2012; US\$ 444,6 milhões em 2013; US\$ 336,7 milhões em 2014.

A política interna dominicana recentemente se voltou para o debate da reeleição presidencial, a qual foi readmitida, dentro do clima de popularidade do atual Presidente Danilo Medina, para as eleições de 2016. Temas como reforma fiscal e negociação de contratos de energia também têm tido destaque na política interna do país.

No campo da política externa, a República Dominicana tem os Estados Unidos da América como seu maior parceiro, com o qual mantém acordo de livre comércio, embora se verifiquem iniciativas de aproximação com os países da América Central. Ao longo do governo Medina, a República Dominicana teve intensificada sua atuação em foros regionais, havendo, por exemplo se tornado membro pleno do Sistema de Integração Centro-Americana (SICA).

Já a análise da candidatura da República Dominicana para ingressar na Comunidade do Caribe (CARICOM) foi suspensa em razão dos efeitos negativos ocasionados pela decisão, em 2013, do Tribunal Constitucional no sentido de não se conceder nacionalidade dominicana a filhos de estrangeiros em trânsito ou em situação irregular. Essa decisão afetou principalmente os haitianos.

No âmbito econômico, vale destacar que a República Dominicana se recuperou de modo rápido dos efeitos da crise financeira de 2008, tendo mantido o setor turístico aquecido. Aliás, o setor de serviços, sobretudo o turismo, responde por mais de dois terços da economia do país.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão, 03 de março de 2016.

Aloysio Nunes Ferreira, Presidente

Flexa Ribeiro, Relator